

ParanáPrevidência

O rombo pode ser maior do que foi divulgado

No início de novembro o Tribunal de Contas (TC) divulgou um relatório que apontou um rombo de R\$ 3,2 bilhões na ParanáPrevidência, causado pela falta de repasses do governo paranaense, outros fatores também são apontados como a isenção da cobrança dos aposentados e pensionistas, redução da alíquota (de 14% para 10%), ingresso dos servidores do Ministério Público do Paraná, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas e *déficit* atuarial.

O Fórum das Entidades Sindicais (FES), do qual o SindiSeab é integrante, contratou o assessor atuarial, Luiz Claudio Kogut, para estudar e analisar a situação da ParanáPrevidência. Claudio ressalta a necessidade de uma revisão na entidade e destacou que alguns dados preocupam,

PL da previdência

O governador Orlando Pessuti tomou uma atitude que não agradou servidores e nem sindicatos, em novembro enviou para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (483/2010) que prevê mudanças na Paranáprevidência. Os pontos mais críticos envolvem o início da taxa de funcionários aposentados e inativos, até agora isentos da cobrança. E a elevação de 10% para 11% da alíquota de contribuição mínima.

O PL não foi discutido com os servidores ou com seus representantes, faltou diálogo do governo com os sindicatos e ainda foi enviado para Alep no final de governo, ou seja passou o problema adiante.

O FES e seus sindicatos não concordam com o conteúdo do PL 483 e desaprovam essa atitude do executivo. Para tanto, ainda em dezembro o FES fará algumas atividades como audiência pública, articulação com deputados, coletiva com a imprensa, entre outras.

como por exemplo quantias que não foram pagas pelos governos Lerner, Requião e Pessuti, cujo valor chega a R\$ 4,5 bilhões.

Desde 1998, quando foi criada, os sindicatos já questionavam a natureza da instituição. Foi defendido que fosse criada uma autarquia. Outra crítica diz respeito aos conselhos de administração e fiscal, que deveriam ter representação paritária. O governador nomeia 80% dos componentes dos conselhos.

Os servidores tem dois representantes titulares eleitos no Fórum (Norma Ferrari do SindiSeab e César Caggiano da UEL), e dois suplentes (os professores Palmo Fidélis e Sérgio Marson, da APP), mas as dificuldades para obter informações não permitem dimensionar a situação real de todos os recursos e investimentos.

Avaliação do PL

O FES reuniu seus sindicatos e o assessor atuarial para analisar e avaliar o conteúdo do PL 483/2010.

Veja abaixo os pontos mais críticos:

- Não há mudança na natureza jurídica.
- Não há mudança na composição dos conselhos de administração e fiscal, tornando-os efetivamente paritários.
- No artigo 3, estabelece a criação do Fundo Militar. Na análise atuarial essa medida é interessante, uma vez que a saída dos militares diminui o déficit atuarial. De toda forma, havendo o custo recai no orçamento e portanto afeta a todos.
- O artigo 29 também foi motivo de debate e indignação, pois a dívida existente pelo não repasse integral dos valores referentes à parte patronal é perdoado/quitado.
- A possibilidade de ter a contribuição previdenciária dos aposentados está disposto no artigo 30.
- Outro item que causou profunda indignação foi o fato da proposta possibilitar que as aplicações financeiras sejam feitas em qualquer investimento de risco.

Seminário do Sistema SEMA

Uma parceria entre o SINDISEAB (Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins) e a SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e suas vinculadas IAP/ITCG/Águas do Paraná) promoveu o Seminário Estadual do Sistema SEMA: Visões, Valores e Perspectivas.

Com o objetivo de fazer diagnóstico do Sistema Estadual de Meio Ambiente, analisar a realidade dos locais de trabalho dos servidores do Sistema SEMA, discutir e propor políticas públicas, o que deve ser

mantido, o que precisa ser melhorado, o Seminário contou com a presença de servidores de todo o Estado.

O Seminário foi dividido em três fases, na primeira foi realizado um treinamento de capacitação de moderadores, na segunda ocorreram reuniões nos locais de trabalho de todo o Estado, em que os servidores fizeram um diagnóstico regional. A terceira e última fase concluiu de forma unificada os diagnósticos regionais e as propostas. O Seminário contou com a assessoria técnica do Instituto Adolpho Bauer.



O Seminário

O Seminário Estadual do Sistema SEMA: Visões, Valores e Perspectivas teve início no dia 17/11/2010. A primeira parte contou com a presença de várias autoridades, como o Secretário Estadual de Meio Ambiente, Jorge Afonso Callado, o deputado estadual Tadeu Veneri (PT) e a presidente do SindiSeab Elci Terezinha Veiga Costa.

Foram organizados grupos de trabalho divididos entre os representantes de cada órgão (SEMA, ITCG, IAP e Águas do Paraná). Cada grupo trouxe as informações do interior com diagnósticos locais, pontos fracos, pontos fortes e as propostas para o futuro.

Na quinta-feira (18/11), os trabalhos finalizaram com a criação de um documento com as propostas para o novo governo. Também será feita uma carta aberta sobre os temas discutidos que será amplamente divulgada. Fique por dentro, acesse nosso site e veja o álbum de fotos do Seminário e também a Carta aberta.

07 de Dezembro - SINDISEAB e FES em Ação!

Audiência Pública da ParanáPrevidência: No dia 07/12, Fórum/FES está organizando uma Audiência Pública para discutir a ParanáPrevidência. Serão convidados membros do Ministério Público, representantes do Tribunal de Contas do Estado, presidente da ParanáPrevidência e representantes sindicais dos servidores. Outras informações serão enviadas em breve. Aguardem e Participem!

Não lute sozinho filie-se ao **SINDISEAB!**

Um sindicato forte e mais representativo numericamente significa mais força para lutar pelas reivindicações dos servidores. Por isso todos os servidores o Quadro Próprio do Poder Executivo que estão sem representação sindical, estão convidados a ingressar no SINDISEAB!

Por que se associar ao SINDISEAB?

Ao filiar-se ao SINDISEAB você contribui para a organização da classe trabalhadora (servidores públicos), lutando por melhores condições de trabalho, salários (remunerações), qualidade de vida, cidadania, resultando em mais e melhores serviços públicos.

Também, participa-se de campanhas salariais; aprimora-se profissionalmente, ocupando cargos diretivos; exercita-se a cidadania (defesa dos direitos e cumprimento dos deveres); participa-se de cursos, congressos, seminários e viagens, comissões, grupos de trabalho, cargos representativos; utiliza-se de serviços (convênios) e assessoria jurídica (ações judiciais); dentre outros.

Como filiar-se ao SINDISEAB?

Entre em contato com o SINDISEAB (Estadual), Núcleos Sindicais ou representações nos locais de trabalho, para preenchimento de ficha cadastral, anexando cópia de Carteira de Identidade (RG) e último contracheque.

Você pode acessar nosso site: www.sindiseab.org.br ou ainda preencher a ficha que está logo abaixo e encaminhar por fax ou correio à sede do sindicato, com os documentos necessários.

Horário de atendimento de segunda a sexta, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas. Endereço: Rua Dr Manoel Pedro, 729 - Cabral - CEP: 80035 - 030 - Curitiba/PR - Fone/Fax: (41) 3253 6328. E-mail: sindiseab@sindiseab.org.br

SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA
CONSIGNATÁRIA
SINDISEAB - SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS.



Nome do servidor:

RG: CPF: Data de Nascimento:

Órgão: Unidade: Município:

Local/Setor de Trab.: Situação: () Aposentado/Pensionista () Ativo

Banco: Agência: Conta Corrente:

End. Trabalho:

Bairro: Telefone:

Cep: Cidade:

End. Resid.:

Bairro: Telefone:

Cep: Cidade:

E-mail:

OBS. PREENCHER COM LETRA DE FORMA OU À MÁQUINA E ANEXAR CÓPIAS DA CARTEIRA DE IDENTIDADE E DO ÚLTIMO CONTRA-CHEQUE (OLERITE)

Solicito ao Setor de consignações do **DCRH/DRH/SEAD** a emissão de certidão de reserva da margem consignável, para fins de implantação de desconto em folha, referente a **MENSALIDADE SINDICAL Código de desconto 5SI**

Mensalidade Sindical	Periodicidade Mensal Base de cálculo 1% (um por cento)	Valor Mensal R\$:

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a descontar 1% de meus vencimentos, com base no artigo 7º, alínea "A", do Estatuto Social do Sindi/Seab, correspondente a importância mensal de R\$: _____ (_____), diretamente da minha folha de pagamento (olerite), ou alternativamente, de minha conta bancária.

Autorizo ainda ao DRH do ente público da minha lotação a fornecer ao SindiSeab a minha senha do PRCONSIG com o objetivo específico e exclusivo de lançamento da mensalidade sindical supra.

Data: ____/____/____ Assinatura do(a) Servidor(a): _____

SindiSeab na luta pelos "desenquadrados"

Desde o dia que saiu a primeira listagem de enquadramento os dirigentes do Sindi/Seab diariamente têm estado na SEAP, e nos Departamento de Recursos Humanos (DRH) dos órgãos da nossa base sindical. Graças a essa postura dos dirigentes do Sindi/Seab aproximadamente 30% dos servidores que tiveram deferidos seus pedidos de enquadramentos são da nossa base sindical.

Informamos que já está ocorrendo a devolução dos processos que dependam de instrução complementar. Entretanto, há alguns DRHs que não demonstram interesse em buscar esses processos para dar agilidades. Tal realidade não ocorre com os DRHs da nossa base sindical (SEAB/IAP/SEMA/ITCG/Instituto Águas do Paraná) já que estes setores tem colaborado e ajudado os servidores e o SindiSeab a agilizar os processos.



Faixa utilizada no acampamento do FES em Setembro desse ano. O SindiSeab luta pela valorização dos servidores e por mais e melhores serviços públicos.

Como ficam os reenquadramentos com a mudança de governo?

Nossa presidente, Elci Costa, esteve no dia 22/11 na SEAP (Secretaria de Administração e Previdência) e obteve a informação de que os reenquadramentos terão continuidade no próximo governo. Todos os processos serão analisados. Então não perca tempo vá atrás dos seus direitos, protocole seu processo e acompanhe-o.

A luta não acaba com os reenquadramentos

No nosso último jornal já dissemos que a luta quanto ao enquadramento não se exauriu. A luta continua já que os que não forem enquadrados terão que ser beneficiado pela Tabela Salarial que institui as Classes Especiais, conforme se vê no nosso site. Portanto, vá convocando o "nosso povo" para a luta visando a implantação da Tabela Salarial – Classes Especiais.

Da mesma forma esclarecemos que o Sindi/Seab já repassou as injustiças (critérios não previstos em lei) à nossa assessoria jurídica para estudo da viabilidade de propormos ao Poder Judiciário medida judicial visando a aplicação do princípio da isonomia/igualdade. Trabalho igual, salário idêntico!

Portanto, não devemos ficar aflitos. Isto sim, estar dispostos para a luta!

Seap divulga nota informativa sobre análise dos "desenquadrados"

Diante da grande busca por informações sobre o andamento dos trabalhos do grupo que analisa os processos de reenquadramento de integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), esta Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap), com o intuito de evitar dúvidas ou desencontro de informações, avisa que:

- O grupo de trabalho, em dois meses de atuação, recebeu quase 2 mil processos.
- Desses 2 mil processos, 267 foram deferidos, e os respectivos servidores serão reenquadrados.
- Cerca de outros 800 foram indeferidos, por três razões básicas: i) referem-se a casos de pessoas que ingressaram no serviço público depois da promulgação da Constituição de 1988; ii) obtiveram novo grau de escolaridade depois da promulgação da Lei Estadual 13.666/2002, isto é, depois da criação do QPPE; iii) ou optaram por migrar para o Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFBE, criado em 2008).
- Em torno de mais 700 processos estão sendo devolvidos, por apresentarem documentação insuficiente para análise. Esses processos estão sendo encaminhados às unidades de recursos humanos dos órgãos dos quais os servidores fazem parte, contendo a orientação sobre os documentos. Assim, esses servidores devem procurar a unidade de RH de seu órgão, e não o grupo de trabalho desta Seap, para verificar o que precisa providenciar para dar sequência ao processo.

Vale reiterar que:

- O grupo de trabalho realiza a análise dos processos seguindo as instruções contidas na "nota técnica sobre revisão de reenquadramento" expedida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) no dia 30 de agosto de 2010.

- O grupo, formado por quatro servidores efetivos, de carreira, tem a atribuição essencial de se dedicar à análise dos processos protocolados, e não o de prestar atendimento individualizado aos requerentes, porque isso prejudica o andamento dos trabalhos – afinal, o integrante do grupo precisa parar a análise para prestar tal atendimento.

Por fim, esta Seap assinala que tão logo haja novas informações, orientações ou instruções, elas serão comunicadas pelo Portal do Servidor (www.portaldoservidor.pr.gov.br) e às unidades de recursos humanos.

Outras informações sobre os desenquadrados acesse nosso site e blog www.sindiseab.org.br e clique no link "BLOG" no topo do site. A íntegra da nota da SEAP também está disponível em nosso blog no link "desenquadrados". Acesse, veja essa e outras notícias.

>> Notícias do Jurídico

Nas duas últimas reuniões do coletivo jurídico do SindiSeab muito foi discutido e encaminhado. Veja alguns temas:

Quinquênio

O Estado do Paraná vem calculando os quinquênios sobre o salário base o que deveria ser feito sobre o salário bruto (remuneração). Para tanto, o SindiSeab vai entrar com uma ação judicial para cobrar esse direito de seus associados. Esta ação será proposta ainda esse ano, até o dia 15/12, já que nossa assessoria concluiu que há viabilidade jurídica dessa ação.

Novas ações da Paraná Previdência

>> Servidores da extinta Fundepar

O Sindicato procederá a levantamento quanto aos autores da extinta Fundepar que integraram a ação dos ativos e inativos visando dar celeridade ao caso.

>> Novos sócios

Os novos associados e/ou aqueles que ainda descontam alíquota superior a 10% poderão integrar as novas ações conforme divulgaremos nos meios de comunicação sindical.

Promoção e Progressão

>> A primeira ação de promoção e progressão foi julgada procedente, dando ganho de causa aos filiados do Sindi/Seab. Ainda em 2010, a assessoria jurídica estará propondo a execução da sentença.

>> A segunda ação da promoção e progressão envolvendo, especialmente, os Agentes de Execução e Apoio, (autos nº 12.243/2010) está tramitando na 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, sendo paga a custa do oficial de justiça para intimação do réu (Estado do Paraná).

▶▶▶ RAPIDINHAS

>> Divulgação de salário na internet não gera indenização

Um trabalhador não conseguiu provar se a exposição de seu salário na internet causou prejuízos e ficou sem indenização por danos morais. A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR). Os valores foram divulgados no site da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa).

Para a ministra Dora Maria da Costa, além de o empregado não ter comprovado prejuízo com a divulgação, não ocorreu ato ilícito que gerasse dever de indenizar, pois a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) "apenas exerceu seu dever legal de publicar os dados de seus empregados, em observância ao que determina a Constituição do Estado do Paraná".

O TRT paranaense reformou a

sentença da Vara de Trabalho, para quem a Appa havia cometido ato ilícito. Por isso, a 8ª Turma analisou o recurso de um trabalhador. O tribunal alterou o entendimento da primeira instância ao considerar que a divulgação feita pela autarquia, por obrigação imposta pela lei, não caracteriza violação de direito e, portanto, não causa dano moral.

Segundo o TRT, não existe cláusula de confidencialidade quanto aos valores remuneratórios nas regras referentes à relação entre o servidor público e a administração. Ao contrário, afirma o TRT, "a regra é, e deve ser, de total transparência".

Em sua fundamentação, o TRT destacou que o "ato lesivo deveria ter sido demonstrado com prova da ofensa em situação concreta em que o autor tivesse sido atingido na sua integridade moral". E concluiu que, na própria inicial, o trabalhador não

narra qual a repercussão do fato na sua vida. O TRT acrescentou, ainda, que a divulgação não foi particular porque não foram apenas os ganhos do autor que foram publicados, mas de todos os empregados da Appa.

De acordo com Dora Maria da Costa, a condenação por dano moral pressupõe a existência de ato ilícito. A empresa "apenas teria exercido seu dever legal de publicar os dados de seus empregados, em observância ao que determina a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 33, parágrafo 6º". Ele ressaltou que "a publicação atende aos princípios da moralidade e da legalidade e visa agir com transparência, garantindo à sociedade o pleno conhecimento de como e em que são aplicados os recursos públicos". Com informações da Assessoria de Comunicação do TST.

Fonte | Conjur

>> Campanha Natal Solidário da SEAB

A exemplo do que fazemos todos os anos, já colocamos na entrada da SEAB, uma CAIXA para coleta de DOAÇÕES de brinquedos (novos e usados), roupas (crianças, jovens e adultos), calçados e alimentos (não perecíveis) e etc.

As doações serão destinadas a entidades sociais (CEI Tia Lúcia e/ou pessoas que necessitem de ajuda e apoio).

"A única coisa necessária para que o mal triunfe é os homens/mulheres de BEM não fazerem nada" - Edmund Burke

Lembre-se que tudo o que você não mais utiliza, pode ser ÚTIL para alguém! Toda e qualquer doação será muito bem vinda e certamente fará alguém MAIS FELIZ!

Atenção: As DOAÇÕES serão recebidas, até dia 13 de dezembro (segunda-feira)!

BOAS FESTAS E UM FELIZ 2011! Grupo solidariedade SEAB

>> ATENÇÃO SERVIDORES: AFSEAG tem convênio com UFPR para pós-graduações

Utilize da parceria entre a UFPR (PECCA) e AFSEAG-PR e usufrua de um desconto de 20% nos cursos de Pós Graduação da UFPR.

1 - Abertas as Inscrições para a Pós-Graduação a distância em Gestão Florestal da UFPR
Início: 24 de Março de 2011

Investimento: 18 parcelas de R\$330,00
Informações: www.florestal.ufpr.br

2 - Abertas as Inscrições para a Pós-Graduação a distância em Gestão da Indústria Moveleira e Madeireira da UFPR
Início: 24 de Março de 2011

Investimento: 18 parcelas de R\$300,00
Informações: www.mudancasclimaticas.ufpr.br

3 - Abertas as Inscrições para a Pós-Graduação a distância em

Economia e Meio Ambiente com Ênfase em Negócios Ambientais da UFPR

Início: 24 de Março de 2011
Investimento: 18 parcelas de R\$300,00
Informações: www.negociosambientais.ufpr.br

4 - Abertas as Inscrições para a Pós-Graduação a distância em Mudanças Climáticas, Projetos Sustentáveis e Mercado de Carbono da UFPR
Início: 24 de Março de 2011

Investimento: 18 parcelas de R\$330,00
Informações: www.mudancasclimaticas.ufpr.br

5 - Abertas as Inscrições para a Pós-Graduação a distância em MBA em Gestão do Agronegócio da UFPR
Início: 24 de Março de 2011

Investimento: 18 parcelas de R\$390,00
Informações: www.mudancasclimaticas.ufpr.br